

Fiesp define agenda ambiental de 2026 com foco em inovação

Prioridades incluem licenciamento ambiental, mercado de carbono e energias limpas para o Estado

O Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) definiu, na última terça-feira (24/2), a agenda de prioridades ambientais para 2026. A reunião de abertura do colegiado destacou temas como licenciamento ambiental, regulamentação do mercado de carbono, economia circular e logística reversa, que orientarão os debates ao longo do ano.

O presidente do Cosema, Joaquim Leite, ex-ministro do Meio Ambiente, afirmou que o meio ambiente não deve ser tratado como pauta isolada ou meramente regulatória, mas integrado de forma transversal às políticas de indústria, inovação e comércio exterior. “Que 2026 seja o ano em que consolidaremos uma nova etapa: a do meio ambiente como eixo estruturante da competitividade, da inovação e do protagonismo brasileiro no cenário global”, disse.

Leite defendeu que desenvolvimento econômico e preservação ambiental devem caminhar juntos dentro de um projeto amplo de modernização, eficiência e racionalidade do Estado. Segundo ele, a Fiesp participará ativamente das discussões globais sobre clima, florestas, biodiversidade e combate à poluição marinha, mantendo o foco na defesa do interesse nacional e na qualidade do ar urbano.

A abordagem proposta pelo Cosema se baseia na chamada “Inteligência Ambiental Positiva”, conceito que transforma a sustentabilidade em ativo econômico, vetor de inovação tecnológica e oportunidade de negócios. Entre as ações previstas estão o avanço do saneamento ambiental, o fortalecimento do marco legal e a implementação de um licenciamento ambiental previsível, ágil e tecnicamente rigoroso.

O colegiado também prioriza a regulamentação estruturada do

mercado de carbono, considerada estratégica para ampliar exportações e valorizar inovações industriais. Além disso, estão na pauta iniciativas voltadas ao reconhecimento e precificação de ativos ambientais, com incentivos à conservação de florestas nativas, restauração florestal e ao desenvolvimento da bioeconomia. Outro eixo destacado é a consolidação do Brasil como potência em energias limpas e renováveis. O Cosema enfatiza a importância das matrizes hídrica, solar, eólica e de biocombustíveis, incluindo etanol, biodiesel, biogás e gás natural, com objetivo de assegurar oferta de energia segura e competitiva para consumidores e indústria. A reunião reforçou o papel do Cosema como espaço permanente de convergência entre indústria, governo e sociedade. O colegiado pretende orientar políticas que conciliem crescimento econômico com proteção ambien-

tal, estimulando o país a assumir posição de protagonismo internacional na agenda climática e na geração de soluções sustentáveis.

A Fiesp destacou ainda que a integração entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental será essencial para tornar o Brasil referência em inovação e competitividade no setor industrial. Leite concluiu afirmando que a atuação do Cosema ao longo do ano buscará consolidar o meio ambiente como fator estratégico de desenvolvimento nacional, alinhando preservação, geração de empregos e promoção de tecnologias sustentáveis. Com a agenda definida, o colegiado pretende acompanhar a evolução de políticas públicas, propor ajustes regulatórios e estimular o diálogo entre setor privado, sociedade civil e órgãos governamentais. A intenção é criar um ambiente de previsibilidade e eficiência, fortalecendo o mercado de carbono, a bioeconomia

e a implementação de soluções ambientais com retorno econômico, social e ecológico.

O conselho reforçou a necessidade de atuação coordenada entre os diferentes setores da indústria e a sociedade, considerando que as decisões ambientais impactam diretamente na competitividade do país e na capacidade de inovação tecnológica. O Cosema deverá promover encontros periódicos e debates especializados para monitorar os resultados das iniciativas e ajustar a agenda de acordo com novos desafios e oportunidades. O planejamento apresentado evidencia a intenção da Fiesp de posicionar o Brasil como referência internacional em soluções ambientais, alinhando crescimento econômico com preservação da biodiversidade, expansão de energias limpas e gestão eficiente de recursos naturais. O ano de 2026 será marcado pela busca de equilíbrio entre proteção ambiental e inovação.



Reunião do colegiado destacou temas como licenciamento ambiental e logística reversa

Assembleia aprova projetos para proteção de mulheres e controle de drogas em SP

A Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou, nesta quarta-feira (25), o Projeto de Lei 128/2025, que garante transporte seguro por viatura policial para mulheres vítimas de agressão física ou tentativa de feminicídio. A condução poderá ocorrer até a residência da vítima ou outro local de sua escolha, após registro da denúncia na delegacia.

Segundo os autores, deputado Danilo Campetti (Republicanos) e ex-deputada Letícia Aguiar, o objetivo é preservar a integridade física e psicológica das vítimas, evitando que elas busquem transporte por conta própria e se exponham a riscos de revitimização ou aproximação do agressor. “O acompanhamento por viatura policial

transmite confiança à vítima de que suas denúncias estão sendo levadas a sério”, afirmaram.

O colegiado também analisou outras propostas voltadas à proteção das mulheres. Entre elas, o Projeto de Lei 1354/2023, de autoria do deputado Guilherme Cortez (Psol), obriga a oferta de serviços de psicologia e assistência social nas Delegacias de Defesa da Mulher (DDM). Segundo o parlamentar, a violência é também um problema de saúde pública, afetando o bem-estar físico, mental, moral e sexual das vítimas. A contratação de psicólogos e assistentes sociais permitirá acompanhamento, prevenção e suporte às vítimas.

Outra iniciativa aprovada por 5 votos a 1 foi o Projeto de Lei 130/2023, que institui monitoramento eletrônico de agressores,



Parlamentares da Comissão de Segurança Pública da Alesp

inclusive em relação a familiares e testemunhas das vítimas. Para o deputado Valdomiro Lopes (PSB), o uso de tecnologia é essencial devido à alta incidência de feminicídios no estado e no país.

O colegiado aprovou ainda, por 5 votos a 1, o envio ao Plenário do Projeto de Lei 519/2024, que prevê multa pelo porte e consumo de drogas ilícitas em espaços públicos. Os autores, deputados Paulo Man-

sur (PL) e Tomé Abduch (Republicanos), argumentam que a medida contribui para reduzir criminalidade, preservar a saúde pública e aumentar a segurança nos locais coletivos, funcionando como sanção educativa e preventiva.

No âmbito de ações emergenciais, foi aprovado o Projeto de Lei 678/2024, que cria o Cadastro Estadual de Voluntários em casos de catástrofes, calamidades e situações humanitárias. A deputada Carla Morando (PSDB) destacou que o cadastro permitirá planejamento mais ágil e reforço nas ações de assistência, representando ajuda significativa na mitigação de impactos de desastres. Participaram da reunião os deputados Eduardo Suplicy (PT), Itamar Borges (MDB), além de Conte Lopes, Guto Zacarias e Paulo Mansur, todos do PL.